



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES - CAMPUS GUARABIRA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE HISTÓRIA**

MARIA AMANDA DOS SANTOS RODRIGUES

**AÇÕES AFIRMATIVAS PARA PESSOAS NEGRAS: AS COTAS
RACIAIS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR, O DISCURSO DA
IMPREENSA DIGITAL**

**GUARABIRA
JUNHO/2019**

MARIA AMANDA DOS SANTOS RODRIGUES

**AÇÕES AFIRMATIVAS PARA PESSOAS NEGRAS: AS COTAS
RACIAIS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR, O DISCURSO DA
IMPrensa DIGITAL**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC/Monografia) apresentado a Coordenação do Curso de História, da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB/Campus Guarabira em cumprimento as exigências para obtenção do Título de Licenciado em História.

Área de Pesquisa: História e Estudos Culturais: Etnia, Crença, Gênero e Sexualidade

Orientação: Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas

**GUARABIRA
JUNHO/2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

R696a Rodrigues, Maria Amanda dos Santos.

Ações afirmativas para pessoas negras [manuscrito] : as cotas raciais na educação superior, o discurso da imprensa digital / Maria Amanda dos Santos Rodrigues.

44 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades , 2019.

"Orientação : Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas , Departamento de História - CH."

1. Ações afirmativas. 2. Cotas raciais. 3. Discursos. 4. Imprensa. I. Título

21. ed. CDD 342

**AÇÕES AFIRMATIVAS PARA PESSOAS NEGRAS: AS COTAS
RACIAIS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR, O DISCURSO DA
IMPRENSA DIGITAL**

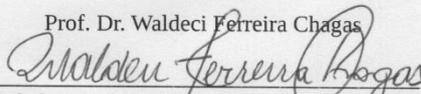
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC/Monografia) apresentada
a Coordenação do Curso de História, da Universidade Estadual
da Paraíba - UEPB/Campus Guarabira em cumprimento as
exigências para obtenção do Título de Licenciada em História.

Linha de Pesquisa: História e Estudos Culturais: Etnia, Crença,
Gênero e Sexualidade

Aprovada em 10/06/2019

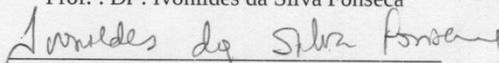
BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas



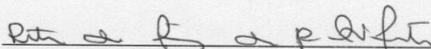
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB/DH) Orientador

Prof.^a. Dr.^a. Ivonildes da Silva Fonseca



Universidade Estadual da Paraíba (UEPB/DE) Examinadora

Prof.^a. Ms. Rita de Cássia Rocha Cavalcante



Universidade Estadual da Paraíba (UEPB/DE) Examinadora

AGRADECIMENTOS

Quero primeiramente agradecer a Deus pela minha existência. Aos meus pais, minha mãe (Ivanilda Luís dos Santos), a mulher que mais tenho orgulho, que sempre viveu para mim e os meus irmãos, batalhadora que me deu força pra não desistir do Curso, mesmo diante de tantas dificuldades;

Ao meu pai (Álvaro Luís Trajano Rodrigues) que me levava e buscava no ponto de ônibus quando eu ia a universidade. Meus pais sempre lutaram para garantir a minha educação e a dos meus irmãos;

Aos meus irmãos e familiares que também me ajudaram de alguma forma;

Aos meus professores/as da UEPB/Campus Guarabira que colaboraram com a minha formação profissional e humana. Em especial o Professor Waldeci Ferreira Chagas, meu orientador, uma dos primeiros professores com quem tive aula. Desde o início desejei fazer com ele a minha pesquisa de conclusão de curso. Sou grata pelos ensinamentos e a paciência que sempre teve comigo no decorrer do curso e da pesquisa;

Por fim, agradeço as minhas primas (Maria Camila G. Rodrigues e Janilma Rodrigues da Silva), que sempre estiveram ao meu lado, dividindo dúvidas, conhecimentos, ansiedade e alegrias;

A todos/as os/as amigos/as que cultivei durante a estadia na UEPB/Campus Guarabira, de forma especial a minha turma, pois sem eles a vida acadêmica teria sido bem mais difícil. A característica da nossa turma foi a união e alegria. Foram momentos que vou levar pra sempre no meu coração.

Aos meus Pais, que sempre me incentivaram a estudar, aos meus Irmãos e Amigos. A todos/as Professores/as que passaram pela minha vida. Foram os seus ensinamentos que me trouxeram até aqui. **Dedico.**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
AS CONDIÇÕES DAS PESSOAS NEGRAS NO BRASIL.....	09
AS LUTAS DE ENFRENTAMENTO AO RACISMO E AS POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS PARA PESSOAS NEGRAS NO BRASIL.....	18
As Organizações Negras e o Enfrentamento do Racismo.....	18
2.1 As Ações Afirmativas e o Combate ao Racismo.....	24
A IMPRENSA E O DISCURSO SOBRE AS COTAS RACIAIS.....	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
REFERÊNCIAS.....	42

RESUMO

Neste trabalho discutimos as ações afirmativas para pessoas negras no Brasil, em especial as cotas raciais no ensino superior. Recorremos ao discurso da imprensa brasileira, em especial os blogs, em cujos textos de opinião os/as autores/as se manifestaram a favor ou contra essa política pública. Os blogs foram escolhidos aleatoriamente com a exigência de que estivessem no período de discussão das políticas de ações afirmativas para pessoas negras no Brasil. No percurso do trabalho contextualizamos as condições da população negra no Brasil. Situação marcada pela desigualdade e discriminação em vários setores sociais, como é constatado em dados de institutos de pesquisa, sendo eles: IBGE e IPEA. Depois nos atemos as lutas dos Movimentos Sociais Negros e as ações afirmativas no contexto brasileiro. Para então analisar o discurso da imprensa, em especial alguns blogs no que diz respeito às cotas raciais. Neste sentido, discutimos o discurso propagado pelos blogs. Para tanto, recorreremos aos estudos de vários autores/as que trabalharam com o tema, tais como: Barreto (2014), Gomes (2011) Munanga (2001), Santos (2012), Moehlecke (2002), Santos (2007), Silva (2017). Portanto, identificamos um debate acirrado com argumentos favoráveis e contrários as cotas raciais, alguns apresentavam o tema de maneira breve, apenas com caráter informativo, e outros trazem argumentos consistentes e fundamentados. Também observamos que a maioria dos autores/as quando discutiu ou comentou sobre ações afirmativas para pessoas negras no Brasil limitou-se as cotas raciais no Ensino Superior.

Palavras-chave: ações afirmativas, cotas raciais, discursos, imprensa.

ABSTRACT

In this study we discuss affirmative actions for Black people in Brazil, especially racial quotas in higher education. We resort to the speech of the Brazilian press, especially the blogs, in whose texts of opinion the authors have been in favor or against this public policy. The blogs were chosen randomly with the requirement that they be in the period of discussion of affirmative action policies for Black people in Brazil. In the course of the study we contextualize the conditions of the Black population in Brazil. The situation is marked by inequality and discrimination in several social sectors, as evidenced by data from research institutes, being: IBGE and IPEA. Then we focus on the struggles of Black Social Movements and affirmative actions in the Brazilian context. For then analyze the speech of the press, especially some blogs that relateto the racial quotas. In this sense,we discuss the discourse propagated by blogs. For this, we resort to the studies of several authors who have worked with the theme, such as: Barreto (2014), Gomes (2011), Munanga (2001), Santos (2012), Moehlecke (2002), Santos (2007) Silva (2017). Therefore, we identified a heated debate with favorable arguments and against racial quotas, some presented the topic briefly, only for informational purposes, and others bring consistente and grounded arguments. We also observed that the majority of the authors when discussing or commenting on affirmative actions for black people in Brazil were limited to speaking about racial quotas only in Higher Education.

.Keywords: affirmativeactions, racial quotas, speeches, press.

INTRODUÇÃO

No período colonial brasileiro, a população negra foi fundamental para o desenvolvimento econômico do país. Foram obrigados a trabalhar incessantemente e assim garantir a riqueza da elite da época. Após a abolição foram jogadas a própria sorte, sem nenhuma política do Estado que o inserisse a sociedade, ainda foram considerados culpados pela sua condição precária. As políticas de ações afirmativas surgiram com o objetivo de mudar essa realidade.

À medida que mais provocou polemica foram às cotas raciais utilizadas nas Universidades. Tendo bastante repercussão na imprensa, que acompanhou os debates entre a população e os intelectuais. Devido a proporção que o tema tomou e após um dialogo com o meu primo, no qual pude identificar que na sua concepção todos são iguais e as cotas raciais não são necessárias no Brasil. Acabou provocando uma serie de questionamentos, como por exemplo. Será que todos têm as mesmas oportunidades em todos os setores que compõe a sociedade? Será que realmente não existe diferenciação por cor? Sendo assim, objetivamos nesse trabalho estudar os discursos transmitidos pela mídia digital. A pesquisa foi realizada em blogs bastante acessados.

Assim, este trabalho monográfico é composto por três capitulo. No primeiro expomos as condições da população negra do Brasil. Pudemos verificar o que é ser negro em uma sociedade racista como a nossa.

No segundo capitulo contextualizamos as lutas dos Movimentos Sociais Negros, um momento marcado por muitos desafios para a comunidade negra. Um pouco mais adiante abordamos a chegada das políticas de ações afirmativas no Brasil, como foi implantada. Também vamos ter autores com argumentos contrários as cotas raciais, que foram desconstruídos por Munanga (2001).

No terceiro capitulo discutimos e analisamos os discursos circulados na Imprensa digital, o que nos levou a acessar alguns blogs. É importante analisar esses discursos e procurar enxergar o que tem por trás deles, quais são as intenções. Já que são produções que influenciam a formulação de opinião dos leitores/as.

I: AS CONDIÇÕES DAS PESSOAS NEGRAS NO BRASIL

No Brasil a maior parte da população é composta por pessoas negras. Esse fato pode ser compreendido a partir do processo de colonização do país. Devido à forte resistência por parte dos indígenas no momento de dominação, “os negros africanos surgiram como alternativa de reposição de mão-de-obra escrava nas lavouras de cana de açúcar. GUARNIERI e MELO-SILVA (2007, p.72). Foi a partir daí que se estabeleceu a prática de tráfico negreiro, que obrigou muitos negros africanos a deixar seus locais de origem, sua família e suas crenças para trás. Como também o processo de miscigenação, ou seja, a mistura de africanos, indígenas e portugueses.

Assim “para fins de estudos demográficos, no Brasil, a atual classificação racial do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) é a que é adotada como oficial desde 1991”. SANTOS (2012, p.8). Desta maneira, na pesquisa realizada pelo IBGE em 2014, a população negra representava 53,6% dos brasileiros/as. Porém, para chegar a estes dados o IBGE seguiu o método no qual as pessoas se autodeclaram qual o grupo faz parte a partir de cinco itens que a pesquisa colocava como opção e ao falar sobre esta classificação racial Santos destaca que:

Esta classificação tem como diretriz, essencialmente, o fato da coleta de dados basear-se na auto declaração, ou seja, a pessoa escolhe, entre cinco itens (branco, preto, pardo, amarelo e indígena) qual deles se considera, então para a classificação a população negra, faz-se o somatório de quem se autodeclara preto e pardo. Assim, mesmo que o entrevistador o identifique em determinado grupo, cabe ao entrevistado a sua classificação (SANTOS, 2012 p.8).

Como podemos observar, mesmo que o entrevistador perceba que o entrevistado possui característica de determinado grupo, não deve manifestar sua opinião, ou seja, deve manter-se neutro no momento da entrevista e deixar o entrevistado livre para decidir de qual grupo faz parte. “Desta forma, é possível reafirmar que ser negro no Brasil é, antes de tudo, um reconhecimento social e político” SANTOS (2012, p.8).

Mesmo sendo um reconhecimento político e social como afirma Santos (2012), a população negra ainda sofre com as desigualdades, a discriminação e o racismo que a persegue. Diante dessa realidade, algumas indagações são importantes,

visto o quadro de desigualdades que a negação da identidade negra acarreta, como por exemplo, o que é ser negro/a? Qual é condição das pessoas negras no Brasil?

Em meio a isso, nos últimos dez anos, alguns pesquisadores/as vêm debatendo-as com mais fervor essas questões, sobretudo, por causa da promulgação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, e também de ações afirmativas na perspectiva das relações étnico-raciais.

Assim, pesquisadores/as buscam chamar atenção da população brasileira a respeito das desigualdades que as pessoas negras sentem todos os dias. Também mostram a importância da adoção das ações afirmativas, que possibilitam que as pessoas negras tenham acesso aos seus direitos (como ingressar em universidades, melhores salários, melhores empregos). Desta feita à superação das desigualdades e do preconceito racial, só será possível por meio da implantação de políticas públicas, conscientização da sociedade, e através de uma educação de cunho multicultural.

Nesse sentido, são importantes as considerações de (Munanga,2001) quando discute à aplicação das políticas de ações afirmativas no território brasileiro. Esse pesquisador rebate cinco argumentos que são corriqueiramente elaborados contra o uso das ações afirmativas no Brasil. São eles:

- a) Não se sabe quem são os negros no Brasil;
- b) as políticas de ação afirmativas estão sendo abandonadas nos Estados Unidos;
- c) as cotas não são destinadas aos índios;
- 4) as cotas poderiam prejudicar a imagem profissional dos negros que foram beneficiados;
- 5) as cotas levariam a degradação da qualidade de ensino (MUNANGA,2001, p.31).

Esses argumentos contrários às políticas de ações afirmativas, especificamente as cotas raciais são elaborados por pessoas que não conhecem ou simplesmente não aceitam que as pessoas negras tenham acesso aos mesmos espaços frequentados por eles. Com relação à situação de exclusão do negro na sociedade, as pessoas contrárias, segundo (Munanga, 2001,p.42) “querem remeter a solução do problema a um futuro longínquo, imaginando sem dúvidas que medidas macroeconômicas poderiam miraculosamente reduzir a pobreza e a exclusão social”. Sabemos que por trás desse discurso existe desinteresse pela questão racial no Brasil, não há uma real preocupação de buscar a solução para o problema.

Nessa perspectiva também são relevantes às considerações de (Moehlecke,2002, pp.197-198), visto nas suas discussões fazer referências às políticas

de ações afirmativas e o sistema de cotas utilizado no território brasileiro. De acordo com essa pesquisadora, antes de tomar qualquer decisão contra ou a favor das cotas, é necessário buscar conhecer e compreender essa política, ou seja, conhecer a sua história, de onde originou a sua expressão, quais países adotaram as cotas e como ocorreu aqui no Brasil, o processo de construção das ações afirmativas.

Essas políticas buscam dar condições das pessoas negras estudarem e de ter a possibilidade de alcançarem um lugar renomado na sociedade, que até hoje lhe é negado. Pois, no Brasil, onde a escravidão durou quase quatro séculos, a população negra foi e ainda é cruelmente marcada e duramente perseguida pelo grupo que detém o poder econômico, político e social, e por isso, acredita ter o direito de decidir o que é melhor para todos. Ao longo da história, o objetivo desse grupo foi o de fazer com que a identidade negra fosse silenciada e que todos buscassem assemelhar-se ao modelo de homem e mulher branca, europeu, heterossexual e cristão.

No período escravocrata, com o objetivo de justificar as atrocidades cometidas contra as pessoas negras, os portugueses criaram a ideia de inferioridade. Por isso, defendiam a tese de que existiam raças diferentes, uma superior, da qual eles faziam parte, e outra inferior, que correspondia aos africanos. Acerca do conceito de raça, Santos afirma que:

[...] **raça não é uma realidade natural**, não estabelece hierarquia naturais entre os seres humanos, bem como as características biológicas de um determinado ser humano **não** determinam as suas características culturais, sociais, políticas e psicológico-intelectuais, entre outras (SANTOS, 2007, p.22).

Na sua tese de doutorado, (Santos, 2007, p. 22-23), destaca que o conceito de raça não existe biologicamente. Mesmo o conceito sendo desconstruída no início do século XX, pela ciência, ela ainda continua sendo reproduzida e aceita pelo censo comum, ou seja, as pessoas ainda acreditam que existiram ou existem raças diferentes. Segundo esse pesquisador é importante ressaltar que embora a raça não exista cientificamente ela existe socialmente, na sua perspectiva, raça é uma construção social.

Mesmo tendo passado mais de 100 anos da abolição da escravidão no Brasil, a população negra permanece sendo alvos de discriminação racial, marginalizados e excluídos socialmente. Isso é possível, porque a sociedade brasileira cristalizou muitos estereótipos. Como é apontado por Barreto:

Muitos estereótipos foram sendo cristalizados em nossa sociedade devido a variadas justificativas em relação à negatização do negro, a saber: a teologia da descendência pervertida dos filhos de Caim; a teoria científica das raças; a sociologia da escravidão como sistema amoral e brutalizador; a antropologia evolucionista dos povos primitivos; a sociologia da herança da escravidão, dentre outras (GUIMARÃES; HUNTLEY, 2000) servindo de base à sua discriminação e a conseqüente reprodução das desigualdades, que a cada geração aumentam entre brancos e negros (BARRETO, 2014, p.39).

Diante de um contexto marcado pelo preconceito, no Brasil, ser negro passa pelo duro processo de silenciamento, mas também é marcado por resistências dessa população, que precisa sempre lutar contra todo tipo de discriminação e exclusão no convívio social. Ser negro na sociedade brasileira implica em ser discriminado duas vezes, como é apontado por (Munanga, 2001, p. 33). Esse autor cita como exemplos alunos negro, que sofrem discriminação socioeconômica e racial.

Por isso, a cultura negra é silenciada e colocada a margem, até mesmo nos currículos das escolas. Nessa instituição, é na maioria das vezes trabalhado com os alunos conteúdos mais eurocêntrico, que demarca historicamente a pessoa negra como sendo um ser inferior. Reconhecer essa realidade é necessário, sobretudo, porque as escolas acabam por omitir a participação dos negros no processo de construção do Brasil, colocando a cultura europeia como a única que participou ativamente da construção e do desenvolvimento do país. Sobre essa discussão, (SILVA, 2017) afirma que:

Nessa instituição, a cultura europeia é trabalhada como sendo a única que fez e faz parte da construção da sociedade brasileira, com isso, nega-se a cultura afro-brasileira, africana e indígena como parte constitutiva da história do Brasil, tanto dos acontecimentos passados quanto contemporâneos (Silva, 2017, p.11/12).

Pessoas negras ainda enfrentam nos espaços sociais olhares de desconfianças que acabam caracterizando-os como suspeitos, na maioria das vezes estão relacionadas com a criminalidade. Mas na verdade, eles são os que mais sofrem e são os principais alvos da violência, como é apontado em pesquisas, destacadas por (Barreto, 2014).

Segundo a pesquisa do instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, “Vidas Perdidas e Racismo no Brasil”, mais de 39 mil pessoas negras são assassinadas todos os anos no País, enquanto 19 mil não

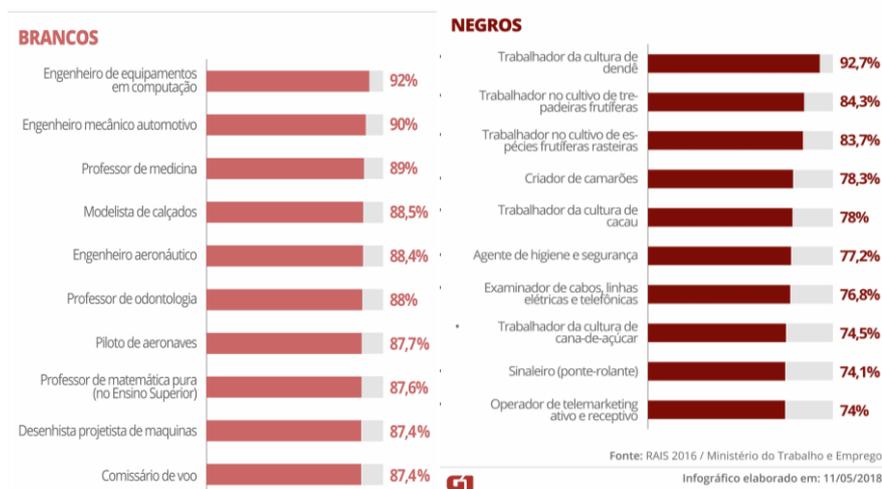
negro são vítimas de homicídio. Para cada homicídio de um não negro, 2,4 negros são assassinados (IPEA, 2013b). A Paraíba também se destaca negativamente no ranking elaborado pelo IPEA, com 60 homicídios de negros a cada 100 mil habitantes (cuja expectativa de vida reduz em 2,81 anos). (IPEA, 2013a) (BARRETO, 2014, p. 37).

A pesquisa realizada pelo IPEA mostra que a violência tem cor assim como também o analfabetismo, como a mortalidade infantil, o subemprego, entre outros indicadores (BARRETO, 2014, p.37). Portanto para conseguirem ter acesso e quebrar estereótipos construídos na sociedade extremamente preconceituosa e conseguir êxito na vida, essas pessoas têm sempre que fazer o dobro do que as outras pessoas fazem, e mesmo depois de muito esforço, recebem salários incompatíveis com as suas capacidades profissionais. Como é apontado por (Martins, 2015), “Entre graduados, brancos ainda ganham 47% a mais que negros”. Além disso, este mesmo autor traz como exemplo uma pesquisa realizada em 2014, na cidade de São Paulo, divulgada pelo Ministério do Trabalho, na qual:

A disparidade salarial entre raças ainda é uma realidade no Brasil. Para cada 100 reais ganhos por trabalhadores brancos com ensino superior, um negro graduado ganha 67,58 reais. A média de salário entre negros formados é R\$ 3.777,39 contra R\$ 5.589,25 de brancos, quantia de 47% maior (MARTINS, 2015, p.1).

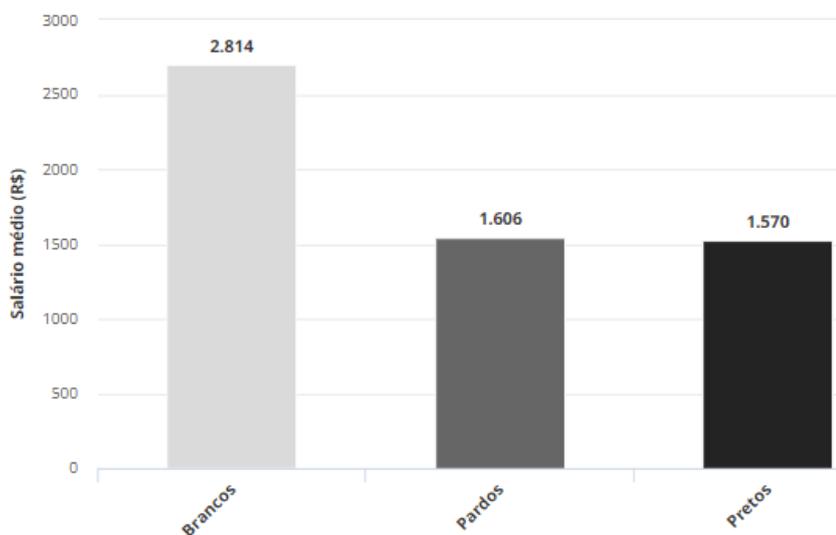
Ainda podemos observar a disparidade entre negros e brancos numa pesquisa realizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego em 2016. As pessoas brancas ocupam profissões tidas como mais renomadas no meio social, diferente das que eram ocupadas pelas pessoas negras. Isso ocorre principalmente devido a três questões básicas, que diz respeito a baixa escolaridade e, a necessidade de buscar um emprego e também o preconceito, pois as pessoas negras têm dificuldades para concluir seus estudos, já que precisam abandonar a sala de aula e adentrar de maneira precoce no mercado de trabalho para poder de alguma maneira garantir sua sobrevivência. Nesse sentido, sem possuir uma formação escolar completa e sofrendo discriminação, os trabalhadores negros acabam ficando responsáveis pelos trabalhos que exigem pouca qualificação e mais serviços braçais, isso acaba refletindo no salário de cada trabalhador. Os gráficos abaixo apresentam a situação de desigualdade entre trabalhadores brancos e negros.

“O mercado de trabalho para brancos e negros. Empregos que possuem maior quantidade de brancos e negros”.



Fonte: site: <https://g1.globo.com/economia/noticia/brancos-sao-maioria-em-empregos-de-elite-e-negros-ocupam-vagas-sem-qualificacao.ghtml>

Outra pesquisa realizada em 2017 pelo IBGE evidencia a questão da diferença do salário médio entre brancos, pardos e pretos. Como podemos ver, os brancos ganham bem mais, deixando claro uma sociedade discriminatória, que não valoriza o trabalho realizado, mas sim a cor da pessoa que está efetuando as tarefas.



Fonte: site <https://www.coladaweb.com/sociologia/preconceito-racial>

Além da questão salarial, no Brasil em vários setores fundamentais para o desenvolvimento do país é, visível o abismo que ainda se faz presente entre pessoas brancas e negras. Como podemos observa no gráfico abaixo:

Desigualdade social no Brasil

Veja indicadores sociais por cor, sexo e domicílio

	IDHM	Expectativa de vida ao nascer	Pop. com mais de 18 anos com ensino fundamental completo	Renda, em R\$
Etnia				
Negros	0,679	73,2	47,78%	508,90
Branco	0,777	75,3	62,14%	1.097,00
Sexo*				
Mulheres	0,720	77,3	56,67%	1.059,30
Homens	0,719	69,8	53,04%	1.470,73
Situação de domicílio				
Rural	0,586	71,5	26,51%	312,74
Urbano	0,750	74,6	59,72%	882,64

*Ajustado à renda do trabalho
Fonte: IPEA, PNUD e FJP

Fonte: site: <https://g1.globo.com/economia/noticia/desigualdade-diminui-mas-renda-de-negros-ainda-e-metade-da-de-brancos-no-brasil-aponta-estudo.ghtml>

Mesmo sendo um país de maioria populacional negra, esse contingente não consegue ter representatividade nos espaços de poder, ou seja, é muito baixo o número de negros/as que participam ativamente da política, que compõem o judiciário ou ingressam nas universidades. Aqueles que conseguem acesso nesses espaços são exceções, e não regras. Segundo (Henriques, 2001):

Pesquisas realizadas pelo o IBGE e o IPEA () comprovam a desvantagem e a exclusão dos negros/as. • do total dos universitários brasileiros, 97% são brancos, 2% negros e 1% descendentes de orientais; • sobre 22 milhões de brasileiros que vivem abaixo da linha da pobreza, 70% deles são negros; • sobre 53 milhões de brasileiros que vivem na pobreza, 63% deles são negros (MUNANGA, 2001, p. 33, apud HENRIQUES, 2001, p.33).

A indagação que surge diante dessas informações, é como aumentar a participação das pessoas negras nos espaços de poder e, assim possibilitar a oportunidade de saírem da linha da pobreza. Deduz-se que para conseguirem mudar essa realidade, é preciso investir em uma educação de qualidade, que possa dar condição aos alunos negros de competir com os alunos brancos que vem de escolas

particulares, uma vaga na universidade. Neste caso e diante desses dados Munanga (2001) traz uma importante reflexão e chega à seguinte conclusão:

Deduz-se dessa pesquisa que, se por um passe de mágica, os ensinamentos básico e fundamental melhorassem seus níveis para que os alunos pudessem competir igualmente no vestibular com os estudantes oriundos dos colégios particulares bem abastecidos, os alunos negros levariam cerca de 30 anos para atingir o atual nível dos alunos brancos. Isso supõe que os brancos fiquem parados em suas posições atuais esperando a chegada dos negros, para juntos caminharem no mesmo pé de igualdade. Uma hipótese improvável, melhor, inimaginável (MUNANGA, 2001, p.33).

Em seu artigo (Munanga, 2001, p 34) nos alerta sobre a importância de reconhecer que em um contexto de grandes desigualdades, não podemos tratar todos como seres iguais perante a sociedade, sendo que a população negra permanece em um quadro de injustiças. O autor ressalta a importância da implementação de políticas de ação afirmativa, e coloca as cotas como um instrumento de transformação.

Assim, com o que já foi apresentado no decorrer dessa discussão, ser negro/as no Brasil é principalmente um posicionamento político, onde indivíduo assume a sua identidade perante a sociedade. O processo de autoafirmação dos negros/as é difícil e, na maioria dos casos dolorosa, pois tem que enfrentar, por exemplo, a “desvalorização de sua aparência, cultura e estética”, propagadas na sociedade brasileira. Nesse sentido, (Barreto, 2014, p.39) afirma que:

O comportamento racista à brasileira baseia-se no fenótipo do sujeito atribuindo ao negro à desvalorização de sua aparência, cultura e estéticas, associando-o ao que é feio mal e sem valor (lembramos-nos do “cabelo ruim” ou das piadas de negro, por exemplo). [...] (BARRETO, 2014, p.39).

Em pleno século XXI, aqueles que buscam de alguma forma quebrar com a cultura negativa sobre as pessoas negras, como por exemplo, assumir um cabelo Black Power, recebe olhares de reprovação, ou até mesmo conselhos para cortar, alisar ou os mantê-los presos.

Essa questão é comumente vivenciada por crianças negras, conforme relatos de algumas mães; essas alegam que seus filhos sofreram preconceito com relação aos seus cabelos, conforme foi denunciado por uma mãe que acusou a escola de omissão em relação ao preconceito de alguns alunos sobre a sua filha. Andressa Cabral de 35 anos, afirmou que sua filha, Valentina, vinha sofrendo discriminação por parte de um grupo

de colegas, a sua filha falou que uma das alunas falou que seu cabelo “é de pobre”, produzindo a ideia negativa sobre o cabelo afro (G1.RJ,2015).

Outro exemplo ocorreu em uma escola no estado de São Paulo, a cantora Bia Morais fez reclamação contra a escola na qual sua filha estuda, ela afirmou que sua filha por ter um cabelo Black Power a professora os prendiam, alegando que eles ficavam caindo sobre os olhos da criança atrapalhando sua visão, (O povo,2018). Vejamos o relato da mãe indignada com a situação:

No relato, a mãe conta que é a terceira vez que a criança sofre preconceito. Em outras duas escolas que estudou, Valentina também foi orientada a prender o cabelo crespo, tanto por professores quanto por outras crianças. “Ou seja, o nome disso é preconceito. Não vejo professoras preocupadas em prender cabelos lisos porque eles crescem para baixo, não incomodam o olhar delas”, diz Bia. (O POVO,2018).

Nesse sentido, fica evidente a importância da escola ser um lugar de democratização na qual, seja trabalhada a cultura negra no Brasil e que os/as alunos/as estejam aptos a aceitar as diferenças, a respeitar, conviver e aprender com elas, além disso, resgatar nos/as alunos/as negros/as confiança e autoestima como também buscar desenvolver uma consciência negra. Porém como foi destacado anteriormente, ainda existe escolas onde professores/as não estão preparados e que são preconceituosos diante dessas situações.

Em meio a tudo que já foi apresentado na discussão acerca da desigualdade, discriminação e preconceito com relação às pessoas negras, os Movimentos Negros juntamente com os intelectuais defendem a tese de que em uma sociedade racista, como a nossa, a solução é sem dúvidas a criação de políticas que assegurem os direitos da população negra. É de extrema importância que o nosso sistema educacional não seja excludente, mas reflita e aborde essas questões com os alunos, pois é por meio da educação que podemos vencer o abismo entre brancos e negros. No próximo momento, vamos poder observar um pouco a luta dos Movimentos Negros em defesa de políticas de ações afirmativas para negros/as no Brasil.

II: AS LUTAS DE ENFRENTAMENTO AO RACISMO E AS POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS PARA PESSOAS NEGRAS NO BRASIL

As Organizações Negras e o Enfrentamento do Racismo

Desde que colocaram os pés no território brasileiro, homens, mulheres e crianças negras lutam para viver com dignidade. Inseridos em uma realidade de forte exploração, a população negra buscou enfrentar o racismo, como também conquistar os direitos que lhes foram negados desde quando foram retirados do continente africano. Durante o período escravocrata, lutaram individualmente e coletivamente pela liberdade e a extinção da escravidão. De acordo com Moura:

As relações escravistas também produziam movimentos de reação que se vinculavam à dinâmica de uma sociedade de capilaridade social quase inexistente, como costumam ser as sociedades de castas. Os diversos escalões, os variados degraus de reação contra o status do escravo defluíam em uma constelação de desajustes na economia escravista. Do ponto de vista do próprio escravo essas reações iam desde o suicídio, fugas individuais ou coletivas, até a formação de quilombos, as guerrinhas, às insurreições cidadinas e a sua participação em movimentos organizados por outras classes e camadas sociais. O escravo, desta forma, solapava nas suas bases as relações escravistas, criando uma galáxia de desajustes desconhecida pelos dirigentes políticos da época (Santos, 2007, p.50-51, apud Moura, 1981a: p.14).

Outra reação constante entre as pessoas escravizadas era segundo (Florestan Fernandes, 1995) o afrouxamento no trabalho. Neste sentido, (Santos, 2007, p.51) afirma que a recusa do trabalho “{...} foi uma das primeiras formas de luta dos cativos contra o racismo.” Essa forma de enfrentamento dos nativos foi muito importante contra o sistema escravista, pois através dela, o escravizado negro pode enfraquecer a ideia criada pelos colonizadores de que eles não eram humanos e tidos como “coisa”. Também foi responsável pelo surgimento do trabalho livre no Brasil, conforme se pode observar nas palavras de Santos:

Dessa forma, percebe-se que a reação ou, se quiser, a ação humana do escravo, também foi importante no processo que levou à desestruturação do regime escravista e ao surgimento do trabalho livre no Brasil, pois, à medida que o escravo deixa de produzir a se próprio,

ele produz o seu contrário, o trabalhador livre (SANTOS, 2007, p.53/54).

Os cativos não eram facilmente manipulados, passivos ou pessoas incapazes de raciocinar, como muitos colonizadores escreviam ou acreditavam ser, mas sim indivíduos que participaram ativamente no período escravista brasileiro, contrários a ordem vigente, escravocrata e o racismo, seja por meio de lutas individuais, como é o caso do afrouxamento do trabalho ou coletivamente na criação de quilombos, essa última forma de luta ocorria quando alguns escravizados conseguiam fugir das fazendas, e formava uma comunidade. Santos traz em sua tese uma citação de Moura (1981, 1981a), que explica como eram os quilombos. De acordo com esse autor:

Toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”, segundo resposta do Rei de Portugal a consulta do Conselho Ultramarino datada de 02 de dezembro de 1740. De acordo com esta definição da Metrópole, o Brasil se converteu praticamente, em um conjunto de quilombos, uns maiores, outros menores, mas todos significativos para a compreensão da nossa história social. O quilombo conforme definição acima, por isto mesmo, não foi fenômeno espontâneo. Pelo contrário (...) pontilhou todo o território brasileiro durante o período em que a escravidão existiu. Esses quilombos tinham vários tamanhos e se estruturavam de acordo com o seu número de habitantes. Os pequenos quilombos possuíam uma estrutura muito simples: eram grupos armados. As lideranças, por isto, surgiam no próprio ato da fuga e da sua organização. Os grandes, porém, já eram muito mais complexos. O de Palmares chegou a ter cerca de vinte mil habitantes e o de Campo Grande, em Minas Gerais, cerca de dez mil ou mais. Igual número tinha o Ambrósio também naquele Estado (Santos, 2007, p. 56-57, apud Moura, 1981: 16-18)

Os quilombos deixavam os senhores extremamente preocupados, pois se tratava de uma luta difícil de ser controlada, principalmente aqueles que possuíam mais habitantes, como o de Palmares que chegou a ter cerca de vinte mil pessoas. “Embora façamos a distinção entre esses dois tipos de luta individual e coletiva, dos negros contra o escravismo/racismo, sabemos que pode haver, e com certeza houve e há, cruzamento entre elas” (Santos, 2007, p. 52).

De acordo com (Santos, 2007, p. 59- 60) existia uma forte interação entre os quilombolas e outros grupos formados de escravizados rebeldes e mestiços urbanos livres que também eram contra a escravidão e o racismo presentes no Brasil. Uma exemplo dessa participação foi quando mais de dois mil quilombolas decidiu apoiar o

movimento da Balaiada, essa luta foi travada no segundo quartel do século XIX. A elite dirigente brasileira passou a ficar com medo das rebeliões que vinham ocorrendo, e fazendeiros paulista vendo que não tinha muitas saídas resolveram mudar de postura e “apoiar o fim da escravidão antes que o processo de luta dos negros fosse dirigido e executado autônomo e unicamente por eles” (SANTOS, 2007, p.60).

Após essa rápida e resumida explanação das lutas dos escravizados negros em busca da liberdade durante o período da escravidão, vamos adentrar e falar um pouco sobre o contexto de lutas da população negra pós-escravismo no território brasileiro. Após-abolição, as pessoas negras passaram a se organizar em grupos com intuito de combater a discriminação racial como também pelo direito a educação. A situação era complicada, muitas vezes pardos e pretos eram impedidos de frequentar locais de lazer, como por exemplo, bailes que eram frequentados por brancos, isso ocorria por causa do preconceito e este estava associado com a cor da pele e a origem social das pessoas. Cansados das injustiças as pessoas negras passaram a utilizar o jornal para fazer suas reivindicações e denúncias de preconceitos e discriminações raciais.

Boa parte dos jornais exigia principalmente o direito dos pardos e negros estudarem Neste sentido (Santos, 2007) fala um pouco sobre a Imprensa Negra Paulista, na qual existiam divergências, mas a educação formal para os negros era defendida e reivindicada por quase todos os jornais. Como podemos observar nesta citação retirada de um artigo publicado em julho de 1936 no jornal A Vós da Raça.

Não sabemos de mal maior que campeia entre nós que o dá ignorância. Ela (...) aniquila o espírito de compreensão e tolerância que deve ser o das massas negras no Brasil. Ela é a responsável pela anarquia social do nosso meio e opera como geradora de ódios inconcebíveis de mesquinhas inimagináveis. Ela faz periclitar, ou pelo menos, estacionário o surto de progresso de nossas agremiações de maior vulto e destaque, provocando o personalismo tolo, as ambições de grupo, as inverdades e outros vícios. Ela é o germe das incompatibilidades que, de ha muito atrapalha e, muito impede a maior e melhor unificação dessa família imensa de negros nacionais. (...) Urge reagir e construir (...) a intolerância (...) o desejo e o desprestígio; (...) os perversos e indisciplinados. (...) **É um dever das nossas associações abrir escolas, difundir instrução; semear livros, criar uma nova mentalidade liberta de preconceitos**” (Santos, 2007, p. 73, apud Rajovia, Males funereos, A Vóz da Raça, 3 (55) julho, 1936, p.1 apud Pinto, 1993: 187-188, grifo nosso).

Como podemos observar na citação acima o artigo do jornal A Voz da Raça demonstra a importância da educação para vida de todos, e alerta o mal que é viver na ignorância, como também deixa claro que a educação é um direito que deve ser assegurado para todas as pessoas, ou seja, e não ser privilégio só da elite branca. Neste sentido, o jornal foi importante para mobilizar a população negra a lutar pelo seu espaço na sociedade brasileira. Os afro-brasileiros passaram a se organizar e formar instituições, como por exemplo, a Frente Negra Brasileira e o Teatro Experimental do Negro (TEN), essas organizações negras lutaram contra a discriminação racial e o mito da democracia racial, através da alfabetização da população negra brasileira e a valorização da suas origens africanas.

No período de 1964-1985, época de ditadura-militar no Brasil, não foi um momento favorável para as lutas das organizações negras, devido principalmente a censura, pois não havia liberdade de expressão, o que impedia as pessoas de manifestarem seus pensamentos e de colocá-los em prática. De acordo com (Santos,2007, p.118-119) nos últimos anos da ditadura os movimentos sociais voltaram a criticar e se rebelar contra as injustiças sócio-raciais e as opressões porque vinham passando na sociedade brasileira.

Diante desses fatores, em 18 de junho de 1978, algumas entidades negras fundaram o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR) que em 1979 teve o nome resumido, passando a ser denominado Movimento Negro Unificado. Esse movimento também se posicionou contrário a violência da polícia sobre as pessoas negras, situação que ainda ocorre com frequência na atualidade, como podemos observar em várias notícias que circulam nos meios de comunicação de massa. Como por exemplo, o caso que ocorreu no Rio de Janeiro, em 17 de Setembro de 2018, onde PM matou o garçom Rodrigo Alexandre da Silva Serrano, de 26 anos, por acreditar que ele estava carregando um fuzil em vez de um guarda-chuva.



“Rodrigo e a mulher dele, Thyssa, no chá de bebê de um dos filhos FOTO: ARQUIVO PESSOAL”
(MOURA, 2018)

Fonte: site: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/19/politica/1537367458_048104.html

A vítima foi alvejado com três tiros em quanto esperava sua família. De acordo com Testemunha:

“Estava chovendo e a esposa e seus dois filhos não estavam em casa, então ele desceu a ladeira do morro para aguardá-los”, disse um morador que não quis se identificar por medo de represália. “A polícia desceu correndo, achou que ele estava com colete e com fuzil, e atirou. A PM não só atirou como matou o homem”, acrescentou. “Não estava tendo operação naquela hora. Não teve troca de tiro”, ressaltou. (MOURA, 2018, p.1)

De acordo com a autora (Moura, 2018, p.1), a polícia traz outra versão sobre o caso, de acordo com a PMERJ (Polícia Militar do Rio de Janeiro), “os agentes foram alertados por populares que havia criminosos na localidade do Bar do David. Chegando ao local houve troca de tiros e um breve confronto”. Afirmção que não foi aceita pelos moradores, revoltados com o assassinato, foi organizado um protesto na favela Chapéu Mangueira onde morava o garçom Rodrigo, alguns pessoas tiraram uma foto segurando guarda-chuvas do mesmo modelo que a vítima estava usando quando foi assassinado, como podemos ver na foto:



Fonte: site: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/19/politica/1537367458_048104.html

Essa foto foi compartilhada na internet, com a seguinte legenda. “É só na favela que guarda-chuva é confundido com fuzil” e “Toda favela é um campo de extermínio do povo preto.” Diante desse crime, podemos verificar que a violência no Brasil tem cor, ela é negra.

No espaço político, os movimentos negros tinham poucos representantes que lutavam pelo fim do racismo e por igualdade racial; Abdias do Nascimento foi um deles, ele foi eleito deputado federal e levou para o Congresso Nacional as discussões e propostas anti-racistas. No ano de 1983, também foi responsável pela elaboração do projeto de Lei n. 1.332, que visava uma “ação compensatória” para o afro-brasileiro. Mas o projeto não foi aceito pelo Congresso Nacional.

A partir da década de 1990, os movimentos negros ganharam força política, principalmente após o evento organizado em Brasília, no dia 20 de novembro de 1995, conhecido como a *Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, Pela Cidadania e a Vida*, os organizadores levaram suas reivindicações para o governo brasileiro, como é descrito por (Santos, 2007) em sua tese:

Como foi um dos eventos dos movimentos sociais nacionais mais importantes do final do século passado, os seus organizadores foram recebidos na sede do governo brasileiro, o Palácio do Planalto, pelo então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. Mais uma vez as lideranças dos Movimentos Sociais Negros denunciaram

ao governo brasileiro a discriminação racial, bem como condenaram o racismo contra os negros no Brasil. Mais do que isso, as lideranças negras dos Movimentos Sociais Negros não ficaram só nas e com as denúncias, elas entregaram ao chefe de Estado brasileiro o Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial [...] (Santos,2007, p. 166)

As lideranças dos Movimentos Sociais Negros reivindicavam do governo brasileiro a implementação de diversas políticas públicas para a população negra, sobretudo, na área da educação. Devido pressões realizadas por esses movimentos, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, reconheceu que no Brasil existia discriminação racial, mas não ocorreram mudanças importantes, principalmente no sistema educacional, fato que não fez os Movimentos Sociais Negros desanimar e parar de lutar.

2.1 As Ações Afirmativas e o Combate ao Racismo

No final da década de 1990 e início do século XXI diversas propostas de ações afirmativas foram encaminhadas ao Congresso Nacional, “diversos projetos de lei que visavam à introdução, no Direito brasileiro, de algumas modalidades de “ação afirmativa”(GOMES, 2011, p. 1). Alguns projetos foram propostos por parlamentares, no intuito de amenizar a desigualdade existente na sociedade brasileira. Segundo esse autor, os projetos buscavam instituir “medidas compensatórias”, que visavam “promover a implementação do princípio constitucional da igualdade em prol da comunidade negra brasileira” (p.2). Antes de falar sobre a construção e implementação das ações afirmativas no Brasil e o conceito de igualdade presentes nas novas políticas sociais, é preciso entender de onde se originou a expressão que diz respeito a ação afirmativa.

As denominadas políticas de ações afirmativas surgiram primeiramente nos Estados Unidos, desde a década de 1960, nessa época os movimentos negros ao lado de outras forças atuantes no país decidiram cobrar do governo americano uma postura ativa com relação à discriminação presentes no cotidiano da população negra, cobravam melhorias e igualdade. Após as reivindicações, foi criada a concepção de ação afirmativa, o que proporcionava maior participação dos afro-americanos no mercado de trabalho, na mídia, na política e no sistema educacional, principalmente no ensino superior. Neste sentido, também foram desenvolvidos programas para conscientizar toda a população dos Estados Unidos, e promover reflexão com relação à discriminação

racial. Posteriormente essas políticas, segundo (GOMES, 2011, p.5) “foram estendidas às mulheres, a outras minorias étnicas e nacionais, aos índios e aos deficientes físicos”. Além dos Estados Unidos, experiências parecidas foram desenvolvidas e adotadas por mais países, entre eles, à Austrália, Índia, Canadá, Malásia, África do Sul, Cuba, Nigéria e Argentina.

Sobre essa questão a autora (MOEHLECKE, 2002) descreve quais são as formas que constituía a ação afirmativa, levando em consideração a realidade presente nos países citados. De acordo com ela:

Nesses diferentes contextos, a ação afirmativa assumiu formas como: ações voluntárias, de caráter obrigatório, ou uma estratégia mista; programas governamentais ou privados; leis e orientações a partir de decisões jurídicas ou agências de fomento e regulação” (MOEHLECKE, 2002, p. 199).

Durante as últimas quatro décadas, Segundo (Munanga, 2001, p.32) são visíveis as mudanças que ocorreram, em países que implantaram a política de ação afirmativa, nos Estados Unidos, por exemplo, houve um importante crescimento da classe média afro-americana, que corresponde a 3% da população. Mesmo mostrando importantes resultados, existem muitas pessoas que são contrárias a essa política, pois acreditam que é necessário buscar outras formas para resolver essa situação de discriminação e exclusão presentes em grupos que são inferiorizados na sociedade. Também usa em alguns dos seus discursos contrários à ideia de que todos nós somos iguais perante a lei. Neste sentido (Munanga, 2001, p.34) traz a observação que Habermas faz, de acordo com esse autor, “o modernismo político nos acostumou a tratar igualmente seres desiguais, em vez de tratá-los de modo desiguais.” É diante desse contexto que (Munanga, 2001, p.34) destaca a importância das ações afirmativas, pois é por meio delas, que vai ser assegurado a equidade dos grupos socialmente desfavorecidos e marginalizado, sendo “um instrumento veloz de transformação”.

Assim, é interessante entender qual conceito de igualdade está presente nas ações afirmativas, segundo (Gomes, 2011), o autor define dois conceitos sobre igualdade, O primeiro conceito foi o da Igualdade Jurídica ou formal, o mesmo afirma, que “segundo esse conceito de igualdade que veio a dar sustentação jurídica ao Estado Liberal burguês, a lei deve ser igual para todos sem distinções de qualquer espécie” (p.4). Já o segundo conceito é o da Igualdade Substancial ou Material, Gomes afirma que:

Como se vê, em lugar da concepção <<estática>> da igualdade extraída das revoluções francesas e americana, cuida-se nos dias atuais de se consolidar a noção de igualdade de material ou substancial, que, longe de se apegar ao formalismo e a abstração da concepção igualitária do pensamento liberal oitocentista, recomendou inversamente uma noção dinâmica, militante de igualdade, na qual necessariamente são devidamente pesadas e avaliadas as desigualdades concretas existentes na sociedade, de sorte que as situações desiguais sejam tratadas de maneira dessemelhante, evitando-se assim o aprofundamento e a perpetuação de desigualdades engendradas pela própria sociedade. Produto do Estado Social de Direito, a igualdade substancial ou material propugna redobrada atenção por parte do legislador e dos aplicadores do Direito à variedade das situações individuais e de grupo, de modo a impedir que o dogma liberal da igualdade formal impeça ou dificulte a proteção e a defesa dos interesses das pessoas socialmente fragilizadas e desfavorecidas (GOMES, 2011 p.4).

A partir desse momento, segundo (Gomes, 2011 p.4-5) as pessoas deixaram de ser genéricas, foi levado em consideração o gênero, idade, etnia, raça entre outras características. Assim, acabou tornando-se um <<indivíduo especificado>> se tornando alvo das políticas de ações afirmativas. Foi após a criação do conceito de igualdade substancial que se construiu a ideia de igualdade de oportunidades. Diante dessa nova realidade, o Estado deve deixar de lado o seu espírito de neutralidade e buscar lutar para colocar em prática essa nova concepção de igualdade.

No entendimento das ações afirmativas, “[...] a igualdade deixa de ser simplesmente um princípio jurídico a ser respeitado por todos, e passa a ser um objetivo constitucional a ser alcançado pelo Estado e pela sociedade” (GOMES, 2011 p.5). O Estado passa a reconhecer que em uma sociedade estruturada na desigualdade, é impossível que todos os indivíduos sejam tidos como iguais, e a partir desse reconhecimento promover através das políticas de ações afirmativas a diminuição no que diz respeito a desigualdade entre as classes sociais. Sendo assim, “A dignidade humana passa a ser protegida pelo Direito Social e sua aplicação passa a ser pensada para obtenção da igualdade substancial” (BARRETO, 2014, p.37).

No Brasil, os Movimentos Sociais Negros juntamente com a luta de outros países contrários ao racismo, provocou na política brasileira forte debates acerca da questão racial, sendo até mesmo usada como proposta de campanha dos candidatos à Presidência nas eleições de 2000. Como é destacada por Santos:

[...] a questão racial brasileira foi colocada definitivamente na agenda política do país, visto que passou a ser ponto de pauta dos candidatos a

Presidência da República, em 2002, no Brasil. Vários deles, inclusive o presidente eleito na época, Luiz Inácio Lula da Silva, apresentaram em seus programas de governo propostas de combate ao racismo e de inclusão de negros nas áreas de prestígios, poder e mando, por meio de ações afirmativas. Após eleito, e ao tomar posse e investir-se no cargo de Presidente da República brasileira, sob pressão dos Movimentos Sociais Negros, o Presidente Lula criou, em 21 de março de 2003, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). No discurso de instalação da SEPPIR, o Presidente Lula ratificou oficialmente o reconhecimento por parte do Estado brasileiro de que há discriminações raciais contra os negros no Brasil, algo que o governo do Presidente Henrique Cardoso (1995-2002) já havia feito. Desse modo, o atual chefe de Estado brasileiro, o Presidente Luiz Inácio da Silva, deu continuidade ao rompimento com o antigo discurso oficial de que o Brasil é uma democracia racial (SANTOS, 2007, p.188-189).

Como podemos ver na citação acima, usar a questão racial como tema principal de suas campanhas era uma maneira de garantir os votos da população negra. No decorrer da campanha, segundo (Munanga,2001, p.35), os candidatos à Presidência não demonstrava um posicionamento claro e firme sobre o problema da discriminação racial, além disso adotaram a estratégia de desinformação, no intuito de manter-se neutro e assim garantir o voto da população negra, como também de pessoas racistas, pois no entendimento do autor, para eles só o que importava era sair eleito. Portanto, também se percebe que graças às pressões dos movimentos Sociais Negros, o governo brasileiro de fato começou a agir e dar passos firmes em direção a implementação de ações afirmativas no país.

Vários projetos foram elaborados anteriormente, mas só foi em 2001, que tivemos aprovação das políticas de ações afirmativas para a comunidade negra. No campo da educação, especificamente no ensino superior, desde 2002, que algumas universidades passaram incorporar às ações afirmativas no processo de seleção dos estudantes. Os autores (Lutz e Suttana, 2017, p.1) apresentam em seu trabalho, que 97 instituições que corresponde a rede federal de ensino juntamente com 32 universidades estaduais passaram a utilizar essa política. Além da rede de ensino público as ações afirmativas também foram inseridas no ensino privado, através do programa criado em 2005, denominado Programa Universidade para Todos (PROUNI). “As porcentagens das cotas variaram entre 10% e 50%, normalmente de acordo com a distribuição étnica de cada estado” (SILVA, 2006, p.138).

Em 2000, a primeira universidade brasileira a aderir às medidas de cotas, foi a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), reservando 50% das vagas no vestibular. Segundo (Silva, 2006, p.143), em 2002, o Estado do Rio de Janeiro tornou obrigatórias as cotas, ficou estabelecido que 20% das vagas será direcionada para alunos negros e 25 % para alunos que vieram do ensino público, essa atitude foi tomada após Conferencia de Durban, que organizou debate e falou sobre a importância do Brasil adotar as ações afirmativas. A Universidade de Brasília, (UnB), também foi uma das primeiras adotar cotas em seu vestibular, isso ocorreu em 2014, onde foi destinado 20% das vagas para estudantes negros. Essas medidas receberam muitas críticas e ações na justiça.

No ano de 2012, uma Lei federal, conhecida como lei de Cotas, foi sancionada, com a finalidade de reservar certa quantidade de vagas para grupos específicos, como é descrito pelos autores Lutz e Suttana, como uma das modalidades existentes nas ações afirmativas, sendo:

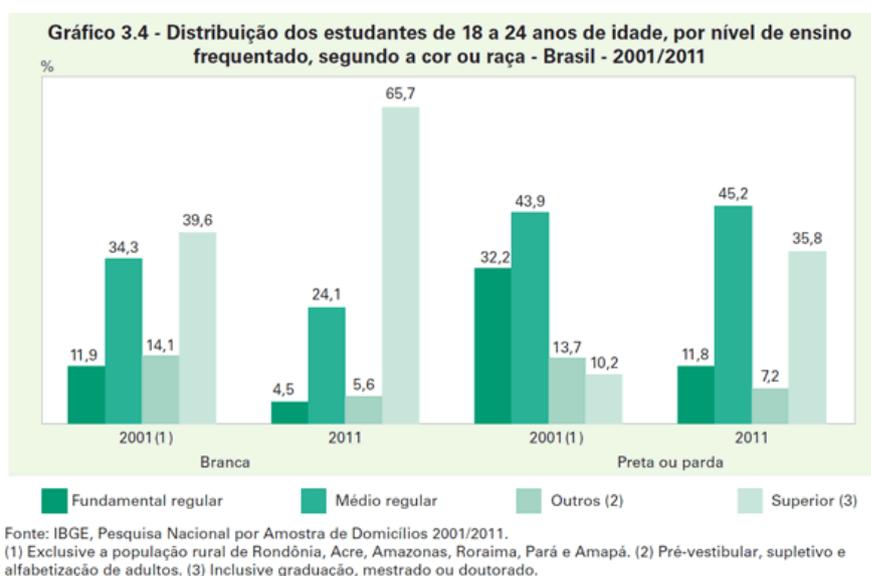
As cotas, tipo mais comum e mais utilizado nas universidades públicas brasileiras, se baseiam na reserva de vagas a públicos específicos. O procedimento consiste em reservar um determinado número ou percentual de postos para os membros do grupo beneficiário, enquanto os demais permanecem disponíveis para a competição aberta. As cotas se encontram divididas principalmente entre reserva socioeconômica, étnico-racial e sociorracial. (Lutz e Suttana, 2017, p.2).

De acordo com os autores (Lutz e Suttana, 2017, p.2) alunos que estudaram ao longo de sua vida, em escola pública e pertencem a uma família que possui baixa renda, tem direito de reserva socioeconômica, no caso das cotas étnico-racial, são voltadas para estudantes negros (pretos e pardos) e indígenas, já as reservas sociorraciais são levadas em consideração aspectos étnico-raciais e socioeconômicos, também são “contemplados outros tipos de candidatos, como os portadores de necessidades especiais”. Todos os candidatos, cotistas ou não cotistas devem fazer o exame de seleção para ter acesso à universidade, ou seja, os candidatos devem buscar aprovação no exame que inicialmente era o vestibular, mas agora é o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio). Segundo (Munanga, 2001, p.42) a única diferença é que no momento de realizar a inscrição os candidatos que tem direito as cotas se identificarão como negros ou afrodescendentes.

As cotas, é uma medida que permite com que esses estudantes vindos desses grupos vulneráveis socialmente, tenham a oportunidade de competir em pé de igualdade com os outros candidatos vindos da classe média ou alta, aonde tiveram acesso a uma educação de qualidade e que nunca precisaram se preocupar em dividir o seu tempo de estudo com o do trabalho. Portanto, a escola pública para uma boa parcela dos estudantes é um espaço que não traz muitas expectativas ou sentido para sua formação como cidadão, além disso, os alunos afro-brasileiros sofrem violência simbólica reproduzidas no cotidiano da escola como é mostrada por Barreto:

A criança negra, desde muito cedo, afasta-se da escola, sofrendo uma violência simbólica que se reproduz no decorrer de sua vida estudantil e no processo de construção de sua identidade. São preconceitos cristalizados apresentados nos discursos escolares, na negação da existência do racismo, na ausência da história do negro no currículo (agora minimizada com a Lei 10.639/03, que institui o ensino de História e cultura africana) além do tratamento hostil que fazem do cotidiano escolar lócus de exclusão da população negra. (BARRETO, 2014, p.44).

Além do afastamento das crianças negras da escola, o que contribui para que poucos concluam o Ensino Básico ou cheguem ao ensino superior, como podemos observar em dados do IBGE, que traz frequência dos estudantes branco e negros ou pardos nos níveis de ensino, entre os anos de 2001 a 2011:



Fonte: BARRETO, 2014, p. 71, apud<http://WWW.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/images/2268_3389_174433_790449.gif>

Como é mostrado na pesquisa do IBGE, a cor negra possui a trajetória mais curta no ensino. “É importante salientarmos que a determinação da deficiência escolar do negro está diretamente ligada ao fator racial, e não exclusivamente à pobreza ou a entrada precoce ou precária no mercado de trabalho” (BARRETO, 2014, p.63). Outra questão que contribui para essa redução diz respeito ao Estado brasileiro, que não conseguiu promover uma educação pública de qualidade para todos. Como é apontado por (GOMES,2011 p.2),no seu entendimento o, “[...] segregador sistema educacional, que tradicionalmente, por diversos mecanismos, sempre reservou aos negros e pobres em geral uma educação de inferior qualidade”.

Portanto, o Estado não oferta educação de qualidade, um dos direitos fundamentais para retirar os indivíduos de uma situação de pobreza e de subalternidade, e mais inacreditável é que investe na educação privada, como é relatado por(GOMES,2011 p.2),quando diz, o governo repassa os recursos que possui, sendo eles humanos, materiais e financeiros para educação privada, assegurando uma educação de qualidade para uma quantidade pequena de estudantes, que fazem parte da elite do país, segundo essa autora “Isto se dá principalmente através da <<renúncia fiscal>> de que são beneficiadas as escolas privadas altamente seletivas e excludentes.” (p.13).

Muitos na sociedade brasileira acreditam que não existe preconceito racial e que vivemos em uma democracia racial, o que fez com que as ações afirmativas fossem vistas como ameaça, e considerada uma política capaz de reproduzir preconceito reverso. No geral as políticas de ações afirmativas em especial as cotas raciais receberam críticas de setores da sociedade, como: a classe média brasileira, a grande imprensa e de intelectuais ligados as elites. Entre os argumentos contrários, (Munanga, 2001) apontou cinco principais, e a medida que os analisam desconstrói cada um deles.

O primeiro argumento é o de que, “não se sabe quem são os negros no Brasil”, e defendiam a tese de que é impossível utilizar as cotas raciais, pois é difícil definir quem é negro no Brasil, visto esse país ser considerado mestiço.As cotas raciais faria com que estudantes brancos pobres burlassem as regras e se auto declarassem negros para garantir o seu ingresso na universidade pública. Segundo Munanga (2011), a fraude é difícil de acontecer, pois o ideal de branqueamento ainda é muito forte na mentalidade de boa parte das pessoas que compõe a sociedade brasileira, e mesmo que aconteçam, os recursos investidos beneficiará estudantes que também precisam dessas políticas públicas.

Do ponto de vista daqueles que são contra as cotas raciais, o segundo argumento é que “as políticas de ação afirmativa estão sendo abandonadas nos Estados Unidos”, porque não obtiveram os resultados almejados, que é a diminuição da discriminação racial no país, como também foi considerada uma política que só investiu apenas na formação dos afro-americanos pertencentes à classe média. Sobre esse argumento (Munanga, 2001, p. 38), alerta que é preciso analisar a conjuntura dos dois países, a realidade de cada um, por exemplo, nos Estados Unidos, mesmo que algumas ou todas as Universidades públicas desistam de aderir às cotas no processo de seleção, a população negra deste país ainda tem a possibilidade de seguir outro caminho, já que existem duas universidades federais construídas apenas para os afro-americanos estudar, alternativas que não existe para os alunos negros do Brasil. Nas palavras desse pesquisador, “Deixar de discutir cotas em nossas universidades porque não deram certo nos Estados Unidos, como dizem os argumentos contrários, é uma estratégia fácil para manter o status quo” (MUNANGA, 2001, p. 38).

O terceiro argumento é a indagação de porque “as cotas não são destinadas aos indígenas”. Levantou-se à questão de porque os indígenas também não possuem uma medida de cota específica, já que historicamente são vítimas do preconceito assim como a população negra. Com relação a situação dos indígenas brasileiros, Munanga afirma ser mais fácil de resolver, porque segundo esse pesquisador:

Os afrodescendentes constituem um pouco mais de 70 milhões de brasileiros, em relação às populações indígenas, estimados em 500 mil. Visto deste ângulo, o problema do ingresso dos estudantes indígenas nas universidades públicas é mais fácil de resolver do que o dos negros. O que faltam são as propostas de políticas públicas específicas a curto, médio e longo prazo direcionadas para solucionar os problemas de escolaridade, educação e ingresso dos índios na universidade (MUNANGA, 2001, p. 39).

Neste sentido, é importante o Estado estudar as especificidades e necessidades de cada grupo e encontrar soluções, como foi feito no caso das cotas raciais, na qual o governo ao ouvir as propostas dos movimentos negros juntamente com dados que confirmavam que a população negra brasileira era vítima de discriminação racial, aprovaram a medida no intuito de solucionar ou ao menos amenizar o problema e assim garantir a inclusão e permanência dessas pessoas no ensino superior.

O quarto argumento diz respeito à imagem profissional dos cotistas negros, segundo o discurso de muitas pessoas contrárias, “as cotas poderiam prejudicar a

imagem profissional dos negros que foram beneficiados”, essa forma de pensar produz a ideia de que eles não conseguiram se formar por meio do mérito e que só foi capaz de chegar até ali porque foram beneficiados. No ponto de vista de Munanga:

Discriminar os negros no mercado de trabalho pelo fato de eles terem estudado graças às cotas é simplesmente deslocar o eixo do preconceito e da discriminação presentes na sociedade e que existem sem cotas ou com cotas. Mas uma coisa é certa, os negros que ingressarão nas universidades públicas de boa qualidade pelas cotas terão, talvez, uma oportunidade única na vida: receber e acumular um conhecimento científico que os acompanhará no seu caminho da luta para sobrevivência. Apesar dos preconceitos que persistirão ainda por muito tempo, eles serão capazes de se defender melhor no momento das grandes concorrências e nos concursos públicos, exibindo um certo conhecimento que não dominava antes (MUNANGA, 2001, p. 41).

Mas como é frisado por Munanga, (2001) na citação acima, as cotas raciais proporcionam a oportunidade de as pessoas negras alcançarem a sua formação em determinada área, deixando preparados intelectualmente, além de confiantes no momento em que forem concorrer as vagas de emprego. Assim, “abrirão com facilidade algumas portas, graças ao conhecimento adquirido” (MUNANGA, 2001, p.41).

Numa sociedade racista, como a do Brasil, fica fácil de entender que mesmo não sendo cotistas, os profissionais negros que saem em busca de emprego, corre o mesmo risco de passar por situações de preconceito durante o processo de seleção da vaga de trabalho. Para (Santos, 2007,p.267) garantir cargos de maior prestígio, é preciso que as pessoas negras estejam mais preparadas e qualificadas do que os/as candidatos/as brancos/as. Um exemplo dado por esse pesquisador, que comprova esse pensamento, é o caso do primeiro ministro negro, Joaquim Benedito Barbosa Gomes, nomeado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao cargo no Supremo Tribunal Federal(STF).Mesmo com excelente formação na Universidade de Paris-II (Parthenon-Assas) e dominar três idiomas, o que comprova seu mérito só chegou nesse cargo porque o Presidente da República buscou colocar em pratica políticas de ações afirmativas no STF. Se não fosse a implementação das cotas provavelmente ainda iria levar algum tempo para talvez um negro assumir esse cargo de prestígio. No entanto, a aposentadoria do Ministro Joaquim Benedito Barbosa Gomes, não significou a nomeação de outro ministro negro/a, uma evidência de que os presidentes subsequentes não aplicaram as políticas de ações afirmativas no STF.

O quinto argumento, é o de que “as cotas levariam a uma degradação da qualidade de ensino superior”, pois acreditam que os cotistas negros não possuem a mesma capacidade intelectual dos estudantes brancos, e esse fato pode prejudicar o ensino nas universidades públicas, ou seja, com a entrada dos/as alunos/as negros/as na instituição a qualidade do ensino superior ficará comprometida. Esse argumento não se sustenta porque independente de ser cotista ou não todos/as os estudantes farão a mesma prova, e só depois que conseguir aprovação no exame, é que podem ingressar na universidade pública. “Visto deste ângulo, o sistema de cotas não vai introduzir alunos desqualificados na universidade, pois a competitividade dos vestibulares continuará a ser respeitada como sempre” (MUNANGA, 2001, p. 42).

Como podemos verificar, são argumentos vedados de preconceito sustentados na ideia de que vivemos em um país que não é racista e que não existe diferenciação entre raças, e que vivemos numa sociedade onde todos são iguais, mesmo as pesquisas realizadas pelo IBGE, apontarem os índices de desigualdades entre negros e brancos, em todos os setores da sociedade.

Acerca dessa questão, o documentário “Raça Humana”, produzido pela TV Brasil e dirigido por (QUEIROZ, 2010) traz as considerações de um aluno contrário as cotas, que descreve bem esse pensamento de que não existe discriminação racial ou desigualdade no Brasil, segundo o estudante “em um país onde a maior festa popular é comanda por negros, sendo ela o carnaval não pode ser considerado racista”.

No terceiro capítulo deste trabalho trazemos os discursos da imprensa favoráveis e contrários as ações afirmativas em especial as cotas raciais, analisamos principalmente os discursos coletados em alguns blogs com grande número de visualização.

III: A IMPRENSA E O DISCURSO SOBRE AS COTAS RACIAIS

A sociedade contemporânea é marcada pela velocidade com que as pessoas têm acesso às informações vindas de todas as partes do mundo, essa velocidade se dar graças ao avanço da tecnologia. “Atualmente, a preferência dessa sociedade tem-se concentrado nas mídias digitais, pois é mais fácil e mais ágil carregar um tablete ou um smartphone do que um livro ou um jornal, por exemplo” (DUTRA, 2017; SANTOS, 2017; SILVA, 2017; SOUSA, 2017; p.1).

Pensando com relação às informações que as mídias digitais divulgam e o grande número de pessoas que podem ter acesso aos conteúdos transmitidos por meio delas, é que percebemos a importância de buscar compreender quais discursos são propagados pela internet com relação às ações afirmativas, especificamente as cotas raciais. A pesquisa foi feita em alguns blogs, cujos autores/as defendem e outros/as que são contra a adoção das cotas em certos setores fundamentais da sociedade brasileira. Mas antes de entrar nesse território de polemicas e conflitos é necessário falar, mesmo que brevemente, sobre o que é discurso?

Muitos intelectuais elaboraram vários conceitos sobre o termo discurso. Entre eles Foucault, 2008 que define como sendo um: “conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação”(DUTRA, 2017; SANTOS, 2017; SILVA, 2017; SOUSA, 2017; p.3, apud FOUCAULT, 2008, p. 146), “quer dizer, o discurso seria visto então como uma família de enunciados partidos da mesma formação discursiva.” (DUTRA, 2017; SANTOS, 2017; SILVA, 2017; SOUSA, 2017; p.3). Para GANZELLA, 2016:

Com a origem da linguística, através de estudos estruturalistas da língua, vê-se o discurso como um conjunto de palavras ou uma sentença. Dessa forma, o sujeito do discurso seria aquele que decodifica uma mensagem. Entretanto, essa definição foi, com o passar do tempo, tomando outros formatos e abrangendo outros aspectos.(GANZELLA, 2016, p.2)

Depois surgiu AD (Análise do Discurso) que de acordo com Gregolin é o exercício de:

Empreender a análise do discurso significa tentar entender e explicar como se constrói o sentido de um texto e como esse texto se articula com a história e a sociedade que o produziu. O discurso é um objeto,

ao mesmo tempo, linguístico e histórico, entendê-lo requer a análise desses dois elementos simultaneamente (GREGOLIN, 1995, p. 20).

Nos textos escritos pelos autores compartilhados nos blogs, produzidos entre os anos de 2009 até 2017. Observamos que foram constituídos na maioria das vezes com conteúdo superficiais, onde se escreve resumidamente sobre o tema, outros possuem um conteúdo mais amplo. No corpo de alguns textos de opinião está especificado o que são as cotas raciais e qual sua função. Para aqueles que defenderam-na, ela se caracteriza como uma importante medida criada com o propósito de combater a discriminação e a desigualdade social sofrida pelas pessoas pretas, pardos e indígenas. No caso dos que são contrários as cotas, a função destacada dessa política é a de promover a separação de pessoas entre grupos raciais, além de promover a desigualdade e o preconceito racial. No entanto, boa parte dos/as autores/as concordam com o fato de que as cotas raciais é um tema polêmico que provoca muitos debates.

O documentário “Raça Humana” apresenta os conflitos e diálogos que as cotas raciais levantaram, principalmente entre estudantes e docentes do Ensino Superior. O site Geledés, fez uma análise sobre esse documentário produzido pela TV Câmara, que acompanhou durante três meses o cotidiano e a opinião de alunos/as, professores/as, e o reitor da Universidade de Brasília UnB, também os movimentos negros e políticos. Segundo o site Geledés:

No documentário, questões seculares e mal resolvidas da história do Brasil vão ressurgindo, tendo como pano de fundo a discussão das cotas raciais. Ao refletir sobre a reserva de vagas para negros no ensino superior, os entrevistados revelam que a discussão vai muito além: envolve o papel das universidades brasileiras; as falhas do sistema educacional; a questão da meritocracia nos vestibulares; o racismo e, principalmente, o papel do negro na estrutura socioeducativa do país(GELEDÉS, 2010, p1).

Geledés evidencia a importância do documentário, pois traz o debate que as cotas raciais provocaram no Brasil. Alguns textos publicados em blogs mencionam o tema, construído em poucos parágrafos, ou seja, o leitor passa a ter na maioria das vezes acesso a uma informação direta, objetiva, sem muito aprofundamento do tema. Uma das hipóteses para entender o porquê isso acontece, é que a maioria das pessoas, principalmente dos jovens não tem o hábito de ler, principalmente textos analíticos.

Desse modo, geralmente os textos possuem uma introdução do que são as ações afirmativas e as cotas raciais, e depois apontam pontos positivos ou negativos que reforçam ou não a opinião de cada escritor.

No andamento da pesquisa identificamos quatro principais argumentos contrários que apareceram com mais frequência nos textos. São eles, a questão do mérito, as fraudes, o preconceito e o perigo do Ensino Superior perder sua qualidade. Argumentos os quais não se sustentam, pois (Munanga, 2001) os desconstruiu de maneira brilhante, como foi mostrado no capítulo anterior.

As cotas raciais são vistas pelos críticos, como um mecanismo que provoca injustiça, devido ao risco de fraudes, ideia reforçada pelo caso dos gêmeos univitelinos, em que um passou pela banca avaliadora realizada na UnB e outro não. Segundo o professor entrevistado pelo documentário “Raças Humanas”, José Jorge, ele afirmou que caso dos gêmeos, “são duas pessoas, entram 800 todo o ano, uma política pública em média, para milhares de pessoas, você tem uma margem sempre de erro”. Além disso, os cotistas são tidos como estudantes que não tem mérito para estar na universidade, porque não se esforçaram o suficiente para estarem lá, e ainda tiram a vaga de uma pessoa que tirou uma nota mais alta, como é apontado pelo estudante Davi Lyra, do Curso de Engenharia Elétrica, da UnB, mostrado no documentário “Raças Humanas”, que afirmou: “quando eu cheguei na universidade vejo que tem na minha sala, nota de corte do sistema universal foi de 180 mas entrou uma pessoa com 30 no vestibular. Ai fico pensando essa pessoa que entrou com 30 tirou a vaga de um garoto que tirou 175”.

É preciso entender que os estudantes cotistas não tiraram vaga de ninguém, simplesmente eles concorreram entre si, com candidatos/as que possuem o mesmo nível e condições escolares e históricas vividas. Também se cria a ideia de que o estudante cotista não precisou estudar para poder ter acesso a universidade, sendo visto como alguém que simplesmente foi contemplado, como é feito nos jogos de loteria. Como podemos constatar nas palavras de estudantes contrários as cotas raciais, quando disseram:

A questão é quando você tem esse estudo você passa você se dedica mais e você encontra um colega seu que dividiu o mesmo professor, os mesmos círculos e ta lá e passou por cotas, isso são pessoas assim, que não tiveram nenhuma dificuldade na vida acadêmica, para entrar

em uma universidade, que eu tive. (GUIMARÃES, Isabela. [Entrevista concedida] QUEIROZ. Para o documentário **“Raças Humanas”**. TV Câmara. Brasília, 2010.)

A gente está em um país que esta valorizando o que? Ta valorizando a mediocridade, querer colocar na Universidade uma pessoa que não interessa seu histórico, mas ainda não fez por merecer academicamente. (LYRA, Davi. [Entrevista concedida] QUEIROZ. Para o documentário **“Raças Humanas”**. TV Câmara. Brasília, 2010.)

A opinião desses estudantes revela que para eles as cotas raciais é uma grande injustiça para com os estudantes brancos/as, pois se tornam vítimas das ações afirmativas. Esse pensamento aparece na revista *Veja*, analisada pelos os autores (Lutz e Suttana,2017), quando constataram que a revista divulgava mais textos contrários as cotas raciais. Em alguns textos os autores/as chegaram a reconhecer as desigualdades existentes no Brasil, mas as cotas sociais seria a melhor solução para este problema.Para (Lutz e Suttana,2017)a *“Revista Veja”* minimiza ainda a existência do racismo, que para ela existirá apenas caso seja adotadas políticas como as cotas raciais” (p.13).

Na concepção do estudante João Vítor, que cursa Direito na UnB, a *“Cota racial não é racismo, porque ela não faz a mesma coisa que faz o racismo, hierarquizar grupos sociais, ela se propõe igualar esses grupos raciais”*.Em outras palavras, o objetivo das cotas raciais não é atingir uma supremacia da população negra, o que se busca é dar oportunidade e condições para os grupos discriminados, que desde a abolição não receberam do Estado ajuda, reconstruírem suas vidas, e até mesmo o direito de estudar foi negado por mais de 50 anos.

De acordo com (Lesme,2009) diante da conjuntura do país, as cotas raciais podem ser utilizadas, mas apenas em curto e médio prazo. O autor faz uma crítica ao governo brasileiro, ao afirmar que:

Em curto prazo a solução é essa mesmo. O governo não pode é achar que essa atitude irá resolver a desigualdade social. Setem dinheiro para gastar com Copa e Olimpíada, então tem para investir em boas escolas públicas, principalmente de ensino fundamental para que no futuro o sistema de cotas possa ser banido (LESME, 2009, p.1).

Assim como esse autor, (Fernandes, p.1) destaca que outro ponto usado como critica as cotas é que *“{...} o Estado por meio desse tipo de política pode livra-se da responsabilidade de implementar medidas mais eficazes de promoção da igualdade, {...}(p.1)*.Outro posicionamento contrário identificado nos discursos está relacionado ao

perigo que essa medida pode causar, segundo alguns estudiosos, as cotas raciais promove a divisão do Brasil em raças, comparando o sistema ao “nazismo”. Segundo o professor José Jorge:

Estranho argumento, os nazistas retiraram os judeus das universidades, colocaram em um campo de concentração para matá-los. Nós estamos, com argumentos pacíficos abrindo a porta da universidade para que os negros possam participar (JORGE, José. [Entrevista concedida] QUEIROZ. Para o documentário “**Raças Humanas**”. TV Câmara. Brasília, 2010).

Essa comparação das cotas raciais com o nazismo está amparada na ideia de que vivemos em uma democracia racial, aonde todos podem alcançar seus objetivos e atingir os espaços de prestígio na sociedade. Desse modo, é levantada uma questão, quais são os espaços que a população negra brasileira tem mais representatividade? Sobre essa questão Xavier, (2014) fez uma análise da condição das pessoas negras na sociedade brasileira e observou por meio de dados do IBGE, quais são os espaços ocupados por negros e brancos. De acordo com o que esse pesquisador revelou:

Quando se verifica a classificação étnica dos presídios brasileiros, negros e pardos formam o perfil de 60% dos presidiários, quase o dobro da porcentagem de brancos na mesma situação (36,6%. Nas favelas 66,1% das casas são chefiadas por negras ou negros. Do totalidade de casas chefiadas por brancos no país, 3% dessas casas se encontram em uma favela. Esse número mais que dobra quando se avalia a porcentagem de casas chefiadas por negros, onde 7% estão localizadas em favelas. XAVIER, 2014, p.1)

A situação se ilustra de forma ainda mais assustadora quando se avalia o perfil da elite brasileira. Aproximadamente 96% dos cargos executivos pertencem a pessoas brancas, sobrando a negros e pardos a insignificante porcentagem de 3,4%. No topo de empresas, então, essa realidade é ainda mais assustadora: apenas 1,8% é negra. (XAVIER, 2014, p.1)

Além desses dados que exibem o lugar das pessoas negras na sociedade brasileira, Xavier (2014) em seu discurso também faz o leitor analisar que o Brasil estar longe de ser uma democracia racial. O mesmo, traz uma imagem que questiona esse ideia:



Site: <https://www.geledes.org.br/cotas-raciais-e-hipocrisia-branca/>

“Formandos em medicina na Bahia, estado de maioria negra, e garis aprovados em concurso no RJ, estado onde negros formam 11% da população: dualidades do racismo brasileiro”(XAVIER, 2014, p.1). A imagem reflete a realidade do Brasil, e questionar o mito da democracia racial é necessário. Na perspectiva de Xavier (2014), as cotas raciais têm a finalidade de garantir o direito dos negros ter acesso a espaços aonde à classe dominante, sempre ocupou.

Outro aspecto analisado é o discurso da elite branca do Brasil, que passou a ter interesse por um tema que era deixado de lado, o racismo. Neste sentido, Xavier (2014) apresenta suas considerações sobre o assunto:

Entender a realidade por trás desse discurso é desmascarar essa ideia que tem como principal objetivo político manter o negro no seu mesmo lugar de subserviência, e dar ao branco todas as oportunidades enquanto as retira dos negros. É engraçado e irônico ver a palavra “racismo” ser dita por aqueles que nunca pararam pra problematizar a ocupação de espaços sociais, a violência policial – a pobreza em si. É claro que isso acontece por uma razão objetivo, e é essa razão que deve ficar explícita, uma vez que o discurso anti-cotas é adaptado à vontade para persuadir negros e negras de forma desonesta. (XAVIER, 2014, p.1).

A revista *Veja* é um exemplo desse interesse pelo tema relacionado ao racismo, só que as vítimas defendidas por ela, são os estudantes brancos que fazem parte da elite. O principal interesse é empresarial, já que o Grupo Abril faz parte da Editora Abril, responsável pela publicação da Revista *Veja*. Esse grupo tem uma rede de escolas privadas e cursos preparatórios para processos seletivos. Isso explica o porquê de a Revista *Veja* manter postura contrária as cotas raciais nas universidades públicas. De acordo com Xavier (2014):

O público do Grupo Abril no mercado educacional coincide com os leitores de Veja, por isso a ênfase na crítica às ações afirmativas, em especial as cotas raciais. Dessa forma Veja tenta influenciar o debate público sobre o tema muitas vezes através de um discurso racista, para não prejudicar a atuação da Abril no mercado empresarial e, ao mesmo tempo, satisfazer seus leitores/consumidores, em sua maioria branca, com alto nível de renda, cujos filhos estão matriculados no ensino privado. (LUTZ; SUTTANA, 2017, p.2).

A mídia seleciona as notícias que favorecem aos interesses da elite branca. Como no caso da Revista Veja, pudemos observar na citação anterior, o principal interesse desse periódico é fazer com que as pessoas vejam as cotas como algo ruim, que traz divisão, e produz mais preconceito e racismo. Além de agradar aos seus leitores/as.

A maioria dos artigos possuía um debate mais acirrado quando se tratava de cotas raciais no Ensino Superior, apenas um autor, levou a discussão para área do concurso público. Quem defende expõe a importância das cotas para a vida das pessoas negras e comemorava a sua inclusão nas universidades, que por muito tempo era privilégio de poucas pessoas. Quem era contrário trata a questão como algo absurdo, injusto, propenso a ocorrer fraudes, medida que provoca a racialização das universidades, e potencializa o racismo e preconceitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o processo de colonização a população negra luta pelos seus direitos, algo que sempre foi visto como ameaça pelos brancos da elite. Na contemporaneidade a luta ganhou fôlego e força, tanto que arrancou do Estado a afirmação de que o Brasil era um país racista e que por isso precisava de políticas de ações afirmativas para garantir direitos as minorias.

Portanto é importante discutir as conquistas e desafios da implantação das cotas raciais. Como foi abordado no texto os desafios foram muitos, principalmente porque teve que enfrentar o mito da democracia, um dos principais argumentos contrários a reserva de vagas para negros, propagado pela classe dominante, com a finalidade de derrubar as cotas raciais principalmente as voltadas para o Ensino Superior, porque eles sabem o poder que o conhecimento científico pode dar a esses grupos marginalizados na sociedade. Sabem que o sistema de cotas podem acarretar o fim dos seus privilégios.

As cotas raciais provocam mudanças sociais e coloca por terra a ideia de passividade, mostrou a força e união dos negros. Que lutaram e luta até hoje por espaço na sociedade. Além de ser responsável por levantar o debate sobre o racismo, assunto ignorado até mesmo pelo governo brasileiro, que mesmo tendo acesso a inúmeras pesquisas realizadas por importantes institutos do país, estudos que comprovaram a desigualdade e o preconceito, não deu efetiva assistência

Os discursos dos blogs deixaram evidente a importância de problematizar as informações que circula na mídia, principalmente na internet, que às vezes é considerada um território sem lei, devemos ter a consciência de que nem tudo que é divulgado é verdadeiro, com um público que cresce formado em especial por jovens, que estão começando a entender o mundo em sua volta, as notícias divulgadas contribuem com os jovens na formulação de seus próprios discursos.

REFERENCIAS

Ana, Luiza Basílio. USP aprova cotas sociais e raciais para 2018. (5 de julho de 2017)
In. **Carta Educação**. Disponível em <<http://www.cartaeducacao.com.br/reportagens/usp-aprova-cotas-sociais-e-raciais-para-2018/>> Acesso em: 03/04/2019 8:15

ARRUDA, João Felipe. Justiça Federal determina que PF mantenha candidato por cotas raciais em concurso. (2016) In: **Jusbrasil**. Disponível em<<https://jarruda10.jusbrasil.com.br/noticias/216473587/justica-federal-determina-que-pf-mantenha-candidato-por-cotas-raciais-em-concurso?ref=serp>> Acesso em: 05/04/2019 11:15

BARRETO, Luciana Augusto. **“Pela Graça da Mistura”** Ações Afirmativas, Discurso e Identidade Negra no Curso de Direito em Universidades Públicas Paraibanas. João Pessoa: UFPB, 2014 (Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação) p.1-82

DAYUBE, Silvio. O erro das cotas raciais. In. **Jusbrasil**. Disponível em<<https://sdcarige.jusbrasil.com.br/artigos/255170812/o-erro-das-cotas-raciais?ref=serp>> Acesso em: 05/04/2019 10:00

DUTRA, Kenya, Gomes; SANTOS, Flávia Meira dos; SILVA, Mayrla Ferreira da; SOUSA, Quézia Teodoro de. **MANIPULAÇÃO JORNALÍSTICA: UMA ANÁLISE DO DISCURSO**. 2017,p.1-9

FERNANDES, Cláudio. Cotas raciais resolvem o problema que não foi resolvido com abolição? In: **Brasil Escola**. Disponível em <<https://brasilescola.uol.com.br/historiab/cotas-raciais-resolvem-problema-que-nao-foi-resolvido-com-abolicao.htm>> Acesso 09/04/2019 13:50

GANZELLA, Livia Mara.**Análise do Discurso e a Linguagem Publicitaria: Um Estudo de Caso**.INTERLETRAS, ISSN Nº 1807 – 1597. V. 4, Edição número 22, de Outubro/2015 a Março de 2016, p. 1-13.

GREGOLIN, Maria do RosarioValencise. **A Análise do Discurso: Conceitos e Aplicações**.(1995), (1 Departamento de Linguística-Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800 – 901 – Araquarara-SP Alfa) São Paulo, p13-21.

LESME, Adriano. DIA DA CONCIENCIA NEGRA E AS COTAS RACIAIS (2009)
In: **Brasil Escola**. Disponível em: < <https://vestibular.brasilescola.uol.com.br/blog/dia-consciencia-negra-as-cotas-raciais.htm>> Acesso em: 09/04/2019 13:25

LONGO, Ivan. Holiday destila ignorância e associa cotas raciais na USP ao “apartalher” e “nazismo”, (6 de julho de 2017) In: **Revista Forum**. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/historiab/cotas-raciais-resolvem-problema-que- nao-foi-resolvido-com-abolicao.htm>> Acesso em: 20/04/2019 15:00

LUTZ, Cleyton. SUTTANA, Renato Nésio. Ações afirmativas e imprensa no Brasil: o enquadramento dado as cotas raciais em Veja.(2017) In. **Revista África e Africanidades**. Disponível em <<http://www.africaeaficanidades.com.br/documentos/0040230052017.pdf>> Acesso em: 10/04/2019 18:00

MARINHO, Nádia. Cotas raciais. In: **Jusbrasil**. Disponível em <<https://nnadiamarinho87.jusbrasil.com.br/artigos/392301302/cotas-raciais?ref=serp>>Acesso em: 05/04/2019 10:30

MARTINS, Raphael. Entre graduados, brancos ainda ganham 47% mais que negros.(2015) In. **Exame**. Disponível em < <https://exame.abril.com.br/brasil/entre-graduados-brancos-ainda-ganham-47-mais-que-negros/> >Acesso em: 24/10/2018. 13:25.

MOURA, Carolina. PM confunde guarda-chuva com fuzil e mata garçom no Rio, afirmam testemunhas. (2018) In.**El país**. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/19/politica/1537367458_048104.html Acesso em: 25/04/2019 1:00

MOEHLECKE, Sabrina. Ação Afirmativa: história e debates no Brasil. In. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, novembro/2002, p. 197-217.

MUNANGA, Kabengele. Políticas de Ação Afirmativa em Benefício da População Negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. In. **Sociedade e Cultura**, v.4, n. 2, jul./dez. 2001, p. 31-43.

QUEIROZ, Dulce. Diretora do Documentário **Raças Humanas**. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=y_dbLLBPXLo> Acesso em: 28/04/2019. 10:00.

RAMOS, Beatriz Drague. Cotas Étnico-raciais aprovadas na Unicamp mostram avanço no Ensino Superior (2017) In: **Carta Educação**. Disponível em < <http://www.cartaeducacao.com.br/reportagens/cotas-etnico-raciais-aprovadas-na-unicamp-mostram-avanco-no-ensino-superior/> > Acesso em: 03/04/2019 6:35

RAMOS, Beatriz. Entenda como funcionam as cotas raciais. (5 de abril de 2017) In. **Carta Educação**. Disponível em <<http://www.cartaeducacao.com.br/new-rss/entenda-como-funcionam-as-cotas-raciais/>> Acesso em: 03/04/2019 7:40

SANTOS, Sales Augusto dos. **Movimentos Negros, Educação e Ações Afirmativas**. Brasília: UnB, junho de 2007, (Tese de Doutorado apresentada ao departamento de sociologia da universidade de Brasília/UnB) p.1-115..

SANTOS, Silvia Karla B.M.M. dos. O que é Ser Negro no Brasil? – uma reflexão sobre o processo de construção da identidade do povo brasileiro. In. **Caderno Imbondeiro**. João Pessoa, v.2, n. 1, 2012, p. 1-12.

SILVA, Graziella Moraes Dias da. Ações afirmativa no Brasil e na África do Sul. In. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, v. 18, n. 2, novembro de 2006, p. 131-165

SILVA, Luís Carlos Oliveira. **Praticas Curriculares sobre a Diversidade Étnico-racial e o Multiculturalismo**. Guarabira: UEPB, 2007, p. 1-14 (TCC apresentado a Coordenação do Curso de Graduação em História).

XAVIER, Lucas. Cotas raciais e a hipocrisia branca. (2014) In. **Geledés**. Disponível em <<https://www.geledes.org.br/cotas-raciais-e-hipocrisia-branca/>> Acesso em 25/04/2019 18:45

G1-RJ. **Mãe diz que filha sofreu racismo em escola do Rio: “cabelo de pobre”** (2015). Disponível em < <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/10/mae-diz-que-filha-sofreu-racismo-em-escola-do-rio-cabelo-de-pobre.html>>. Acesso em 24/09/2018. 19:49.

O povo. **Mãe relata preconceito sofrido pela filha na escola por causa do cabelo Black Power**. (2018) Disponível em <<https://www.opovo.com.br/noticias/brasil/2018/03/mae-relata-preconceito-sofrido-pela-filha-na-escola-por-causa-do-cabel.html>> Acesso em 24/09/2018. 20:10

GELEDÉS. **Raça Humana – Documentário sobre cotas UnB**. (2010) Disponível em <<https://www.geledes.org.br/raca-humana-documentario-sobre-cotas-unb/>>. Acesso em: 21/03/2019. 10:00

GELEDÉS. **Raça Humana- Documentário sobre as cotas UnB**. (2010). Disponível em <<https://www.geledes.org.br/raca-humana-documentario-sobre-cotas-unb/>> Acesso em: 24/04/2019 16:26